

Ossobuco DF e as Histórias que precisam ser ditas

Transcrição do episódio 1 do podcast

Título: O que é patrimônio imaterial?

[00:00:02.290] - Helô

Olá, bom demais estar aqui com vocês novamente. Sou a Helô e este é o primeiro episódio da segunda temporada do Ossobuco Podcast. Este projeto é realizado com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal.

[00:00:22.870] - Assinatura

O Ossobuco DF e as histórias que precisam ser ditas.

[00:00:28.220] - Helô

Dessa vez resolvemos nos desafiar e escolher um tema para nos guiar na curadoria das histórias. Vamos contar a história de pessoas conectadas a bens culturais e materiais no Distrito Federal, que podem compor o patrimônio histórico e artístico de natureza imaterial. Neste primeiro episódio, vamos ouvir as histórias de Vinícius e da Carol. No primeiro bloco, vamos saber como o tema patrimônio imaterial entrou na vida profissional deles. E no segundo, vamos conversar sobre o tema e esclarecer vários pontos importantes sobre o que é, quais os critérios e as características dos bens que podem ser considerados patrimônio imaterial. Vamos começar ouvindo a história do Vinícius. Obrigada por topar contar essa história.

[00:01:11.930] - Vinícius

Olá, Heloísa. Olá, pessoal. Eu que agradeço o convite. Meu nome é Vinícius Prado. Eu sou um homem branco de 30 anos, uso óculos de armação grossa, não sou muito alto, não sou muito baixo. Sou cientista político de formação e, digamos, antropólogo por opção. Eu vou explicar um pouquinho dessa confusão da minha história para vocês e da minha chegada ao IPHAN, explicando um pouco como eu cheguei à antropologia enquanto uma forma de ver o mundo. Eu vim fazer o UNB Ciência Política com 17 anos, vindo do interior de São Paulo, de uma pequena cidade chamada Borborema. Eu fui perdendo o sotaque ao longo do tempo. E naquela época eu tinha um propósito ali, um tanto quanto ingênuo, de mudar o mundo, mudar o modo como as coisas eram feitas. E desde o começo eu passei a me envolver em tudo que a universidade podia me proporcionar. experiência de pesquisa, experiência de extensão, movimento estudantil, enfim. Se me chamassem para alguma coisa, eu ia. Estava topando, morando

sozinho, vamos lá. E foi assim que eu cheguei numa experiência de pesquisa em antropologia dentro da ciência política. E o nosso objetivo naquele momento era tentar entender a relação da estrutural e dos moradores da cidade estrutural com Brasília e com o próprio espaço e com a própria vida.

[00:02:32.460] - Vinícius

Contando um pouco da história da Cidade Estrutural, é uma cidade daqui do DF, uma das regiões administrativas aqui do Distrito Federal, e ela era conhecida à época e se tornou conhecida por conta de carregar inteiro lixo de Brasília em seu espaço. É então uma cidade conhecida por ser um espaço pobre, de pouca infraestrutura, mas o nosso objetivo não era esse. Não era entender a pobreza, não era entender a miséria, era entender as pessoas, o que elas poderiam nos dizer sobre a cidade, a relação delas com a história da cidade, as suas relações políticas, enfim, entender suas vidas. E foi nessa pesquisa, a gente ia todo final de semana, toda manhã, a tarde do final de semana, conversar com as pessoas. sobre a vida delas e uma moradora do bairro, então com a minha idade, me disse que ela poderia até sair da estrutural, mas a estrutural nunca sairia dela, porque ela não queria isso. Essa frase, essa intensidade do vínculo e essa relação com o espaço, era algo também diferente pra mim, porque eu não tinha isso com a minha própria terra. E, ao mesmo tempo, mostrava algo completamente menos previsto para as pessoas em se falando de Estrutural.

[00:03:49.780] - Vinícius

Porque ela gostava, ela queria, e ela gostaria de sempre viver ali. Ao mesmo tempo dessa primeira experiência de pesquisa e já no movimento estudantil, eu me envolvi com um grupo de estudantes que participavam do movimento Santuário Não Se Move, e esse grupo se opunha à construção de um novo bairro, então um novo bairro em Brasília, o setor noroeste, um bairro voltado para camadas médias e altas. cujo metro quadrado era um dos mais caros do país, continua sendo, em torno de nove a quinze mil reais o metro quadrado, apartamento dos milionários. E eu carregava em mim um sentimento ingênuo e ambíguo, de alguma forma, enquanto eu protestava contra aquela construção em defesa de uma terra indígena que ficava encravada e fica encravada no meio do bairro, eu tentava entender por que os moradores, os novos moradores, estavam se mudando para lá. porque eles ousariam comprar um apartamento naquele território. E foi aí que se inaugurou, enfim, uma curiosidade para mim de querer entender como a classe média e as classes altas vivem o espaço. Foi nesse momento, digamos assim, que eu decidi, em 2012, 2013, que eu queria ser professor universitário, queria ser antropólogo, queria entender essas pessoas, ou usei querer entender essas pessoas da forma como seria possível.

[00:05:15.510] - Vinícius

E eu lembro de um dos momentos dessa pesquisa que eu iniciei com moradores novos, moradores Noroeste, um dos moradores me dizer, olha, eu sei que tem indígenas aqui, mas em primeiro lugar, essa é a história do Brasil, invadir, ocupar, construir e sonhar. Bom, enfim, era uma frase forte, foi uma frase forte, acabou conduzindo boa parte das minhas reflexões e ele continuou dizendo, bom, mas essa também é a história do Plano Piloto, é a história de Brasília, então ninguém é inocente nessa história toda. E era verdade. Ele me indicou uma das minhas conclusões, na verdade, enfim, das minhas reflexões. Foi a partir desse momento, então, que se intensificou o interesse da minha parte por esse patrimônio de Brasília mais tradicional, digamos assim, de natureza, de característica moderna. E essa relação dos moradores com esse patrimônio, dos moradores com Brasília. E eu imagino que seja por conta disso que em 2018, já no doutorado, uma das minhas amigas doutorado, estava no IPHAN e trabalho no IPHAN até hoje, sugeriu que eu prestasse o concurso. Estava sendo feito para o IPHAN e eu fui dar uma olhada no edital, fui dar uma olhada nos conteúdos e, bom, pensei, vamos prestar.

[00:06:30.130] - Vinícius

Quase não fiz a prova. Ainda bem, eu fiz a prova. Passei, e felizmente eu fui indicado para trabalhar na superintendência do IPHAN no Distrito Federal, por conta de ser um antropólogo, e antropólogo trabalha com patrimônio imaterial no IPHAN especificamente, e muito em particular porque eu já tinha essas pesquisas feitas sobre Brasília, enfim, com moradores da cidade. Chegando pelo patrimônio moderno, eu fui trabalhar com patrimônio imaterial no IPHAN, e longe disso ser uma falha, enfim, uma deficiência de formação, digamos assim, isso foi muito bom porque me abriu um ânimo e uma curiosidade enormes, porque eu queria conhecer aquilo. muita intensidade, e todas as manifestações que estavam sendo, muitas delas, apresentadas para mim pela primeira vez. Eu estou falando do mamulengo, mas estou falando de rodas de capoeira imensas, do repente, do forró, da literatura, do cordel, manifestações culturais que são relativamente quase ausentes de onde eu venho, no interior de São Paulo, enfim, um contexto muito caipira, entre muitas aspas, mas com outras manifestações culturais, certamente. Então, eu pude conhecer outra realidade cultural, conhecer essa diversidade cultural de Brasília, essa outra Brasília, durante o meu trabalho, o que pra mim sempre foi absolutamente fantástico.

[00:07:53.290] - Vinícius

Estar com as pessoas que fazem o patrimônio cultural no dia a dia, ou trabalhar com o patrimônio cultural com estudantes e professores e técnicos do patrimônio, além de ser um trabalho e uma função pública propriamente dita que eu assumi, é, em primeira instância, uma diversão na maior parte do tempo. E esse é um dos baratos, talvez, de se trabalhar com patrimônio cultural, de se trabalhar com patrimônio cultural no IPHAN.

[00:08:18.200] - Helô

Agora, você já sabe que o Vinícius trabalha no IPHAN com patrimônio imaterial, e por isso ele abre o nosso programa. Além de contar como chegou neste lugar, ele volta no segundo bloco para responder nossos vários questionamentos sobre o tema. Muito obrigada por compartilhar sua história conosco. E até já! Temos outra convidada neste episódio de Feira Então. Fala, Carol!

[00:08:42.600] - Carol

Oi, eu sou Ana Carolina Lessa Dantas, mas todo mundo sempre me chamou de Carol. Eu sou uma mulher branca, de cabelo cacheado, meio comprido, uns olhos um pouco maiores do que a média. E eu nasci no Ceará, em Fortaleza. A minha família é da região sul do estado, no Cariri. E é uma região muito pulsante do ponto de vista cultural. Passei todas as férias da minha infância lá, então eu cresci embalada num ambiente cheio de cultura popular. Eu assisti apresentação de reisado, de pastoril, de coco, de mamulengo, tudo isso fez parte da minha infância, mas nunca foi o que eu vi como trabalho. Eu via pelo contrário com uma visão de encantamento, uma visão infantil mesmo, né? De ver os caretas passando na rua e sentir medo, inclusive, do reisado de caretas. Bom, e é isso. Eu cresci e eu gostava muito de ler, então em algum momento da minha adolescência me disseram que pessoas que gostavam de ler deveriam fazer direito. E eu acreditei, fiz direito, sou graduada pela Universidade Federal de Ceará, mas eu descobri ao longo do curso que provavelmente eu sempre soube, eu não tenho nenhuma aptidão para trabalhar com direito, eu detesto o processo judicial.

[00:09:59.480] - Carol

Então, quando eu estava terminando a graduação, eu falei para mim mesma e, aliás, falei para todo mundo que eu não ia fazer concurso de jeito nenhum, que eu não gostava de direito e a única forma de sair dessa seria seguir carreira acadêmica, ia tentar o mestrado, Então, quando eu chego a tentar o mestrado, fiz pra UNB, e aí eu tava terminando a graduação, quando uma amiga veio pra mim e disse, olha, Carol, sinto muito, eu sei que você não gosta de concurso público, mas eu vi esse edital, é do IPHAN, patrimônio cultural, parece as coisas que você gosta, e aí eu pensei que, bom, eu tava ali mesmo me formando, ia me mudar, Se eu não passasse, achava realmente que não ia passar, se eu não passasse pelo menos eu ia aprender alguma coisa interessante. Fiz o concurso. E passei. Então, eu vim pra Brasília um pouco nessa expectativa do que fazer. Eu não sabia o que eu ia fazer no IPHAN, meu cargo é um cargo geral. Poderia ir pra qualquer área. E quando eu cheguei, entrei na salinha dos

recém-ingressos. Era uma salinha toda de vidro, as pessoas ficavam olhando pra gente. E alguém veio, me puxou pela mão, me levou até a superintendência do IPHAN DF.

[00:11:22.080] - Carol

e me deixou na sala do coordenador administrativo, que olhou pra mim, me sentou numa cadeira e disse, olha, você vai achar aqui muito bom, porque a gente tem umas prestações de contas muito interessantes pra fazer, você vai fazer licitação. Naquele momento, me deu uma tremedeira, meu olho encheu d'água, e eu mantive a compostura, pelo menos eu acho que eu mantive a compostura na frente dele, mas a vontade era de sair correndo, eu odeio o processo administrativo, tanto quanto eu odeio o processo judicial. E eu saí daquela sala me tremendo, sentei na cadeira que tinham designado pra mim, e fiquei ali uns dias rodando, eu olhava o trabalho dos outros, comecei a estudar patrimônio material, até que eu vi o Vinícius, que é meu colega de trabalho, mexendo nas coisas de uma oficina de salvaguarda pro Teatro de Bonecos Popular do Nordeste. E eu olhei para aquelas imagens, eu olhei para aqueles textos e eu disse, eu sei o que é isso. Eu conheço o Mônimo Lengo. E aí eu perguntei, bem enxerida mesmo, eu posso trabalhar com isso? Eu posso fazer esse evento também? Eu posso ver? E ele disse, pode, claro. Comecei a ler tudo que tinha pra ler naquele momento sobre o mamulengo.

[00:12:31.030] - Carol

A gente falou com o coordenador técnico que autorizou que eu ajudasse na organização do evento. E por incrível que pareça, o evento foi um sucesso, a gente se organizou direitinho. E desde então eu peguei um gosto enorme, não só pelo mamulengo, pelos outros bens, pelos detentores do patrimônio imaterial, que são pessoas que eu guardo com muito carinho. E é isso, estamos aqui hoje nessa lida, longe de processo administrativo na medida do possível, e é isso.

[00:13:00.430] - Helô

Muito obrigada, Carol. Muitas vezes a gente não pára para olhar para trás e ver com que coisas que nos fascinavam na infância podem estar conectadas com as nossas escolhas na vida adulta, né? É preciso abrir um parênteses aqui para dar uma informação importante. Quando gravamos essa conversa lá em 2023, a Carol estava no IPHAN, como ela conta na sua história. Mas agora, na edição do programa em 2025, ela foi nomeada no IPEA, e a gente deseja que ela esteja feliz por lá também. Mas tudo o que ela contou e o que ela vai falar no segundo bloco está valendo e autorizado por ela. Fecho parênteses. Quando escolhemos procurar histórias que estivessem ligadas a potenciais expressões de bens culturais e materiais, começamos por uma etapa de pesquisa para mapear agentes que se encaixassem nesse perfil que definimos

para o projeto. O Vinícius e a Carol foram acionados por serem do IPHAN e colaboraram muito para conseguirmos chegar até aqui. Então, eles vão agora conceituar, nos explicar melhor esse universo do patrimônio material. A primeira pergunta que queremos fazer para os nossos convidados é o que define um bem cultural imaterial?

[00:14:09.510] - Carol

O patrimônio cultural imaterial, ele é, digamos, uma dimensão do patrimônio geral. E eu digo dimensão porque eu acho que é importante que antes de compreender o imaterial, a gente compreenda o todo. Porque, embora exista o Instituto Nacional do Patrimônio e existam órgãos estaduais do patrimônio, o que é patrimônio pela Constituição é aquilo que diz respeito à identidade, à memória e à ação dos povos que constituem o Brasil. Então, o patrimônio está no mundo e está no Brasil, independente de qualquer órgão. Naturalmente, ele é múltiplo, ou não existe patrimônio material sem patrimônio natural, ou Brasília modernista não existe sem o Cerrado, e as manifestações culturais de Brasília não existem sem esse contexto inteiro, que está relacionado a outros bens. Então, feito esse preâmbulo, eu acho que patrimônio imaterial a gente pode definir como aqueles bens, aquelas referências culturais que são intangíveis, então a gente não pega nelas, o valor não está estático, personificado num objeto, num bem, mas ele é feito coletivamente, reconhecido coletivamente, e normalmente a gente pode identificar como manifestações, formas de expressão, saberes, mas também tem os lugares, por exemplo, que não são lugares como o Congresso, ou a Catedral, de Brasília, mas que são lugares reconhecidos como patrimônio imaterial pela sua dimensão intangível, pelo sagrado, pelas práticas que acontecem lá.

[00:15:52.170] - Carol

É o caso da Feira de Caruaru, é o caso da Tava, que é um espaço sagrado indígena no sul do Brasil. Então, a gente reconhece basicamente essas coisas que, digamos, a gente não consegue tocar, mas que a gente compreende esse valor abstrato, esse valor coletivo e afetivo mesmo, de memória e pertencimento.

[00:16:13.520] - Vinícius

Um aspecto importante, acho que, desse processo é que, de fato, esse é um entendimento constitucional e ele é absolutamente absorvido hoje pelas instituições de patrimônio. Mas o IPHAN, quando começou lá, 80 e tantos anos, ele partia de um entendimento diferente. Era o entendimento de que cabia às instituições do patrimônio, das instituições da cultura, definir o que seriam os bens culturais. Era uma perspectiva, enfim, autoritária daquele momento histórico brasileiro, no contexto do Estado Novo, enfim, o IPHAN surge nesse contexto. no ano

de deflagração do Estado Novo, em 1937 mesmo, num contexto de tentativa de moldar uma nação para o Estado, uma identidade brasileira para o Estado. Nessa forma autoritária, escolhendo aqueles bens que representariam essa história. Mas bens de caráter eminentemente material, que a gente chama de pedra e cal. São as construções mesmo, monumentos, edifícios, enfim, naquele momento eram construções coloniais ou associadas ao período de colonização brasileira, de passagem do império pelo Brasil, muitas, muitas igrejas, foram esses os bens que foram considerados patrimônio naquele momento e durante muitas décadas. A Constituição abrigou o entendimento, na verdade, que foi conquistado pela sociedade, de que o patrimônio era bem mais do que aquilo, e ele não dizia a respeito especificamente, necessariamente, o IPHAN.

[00:17:47.190] - Vinícius

O IPHAN era um dos órgãos do Estado que lidam e lidariam com o patrimônio, mas o patrimônio dizia respeito às pessoas, especificamente. E num sentido que o Carol mencionou, uma palavra que é extremamente importante pra gente, num sentido coletivo. Porque o patrimônio cultural imaterial é essencialmente coletivo. O IPHAN não pode, pela legislação e pela forma como a gente pensa política, reconhecer bens específicos, ou não reconhece indivíduos como patrimônios culturais e materiais. a gente reconhece uma prática, um fazer, uma celebração, um lugar, porque essas formas, essas formas culturais, essas manifestações dizem respeito a uma prática da coletividade. Essa é uma característica marcante da política e que normalmente, em alguns momentos, gera confusão, e que a gente sempre insiste nesse caráter coletivo. Mesmo assim, a gente a todo momento faz referência a quem a gente chama de detentores e detentoras do patrimônio cultural. Porque se a gente está falando mesmo assim de coletividade, a gente está falando de pessoas, de grupos de pessoas que fazem o patrimônio cultural acontecer, que fazem ele no dia a dia, que passam esse patrimônio para as próximas gerações, que aprenderam com as mais antigas. Então, os detentores são essas pessoas que levam o patrimônio adiante, na verdade, que trouxeram ele de um determinado momento.

[00:19:12.310] - Vinícius

São esses indivíduos pertencentes a grupos e a comunidades que fazem o patrimônio acontecer.

[00:19:18.170] - Helô

Perfeito. A sensação que eu tenho ouvindo a fala de vocês, o que me passa aqui, é que é uma coisa meio embolada, porque embolada no sentido de o patrimônio material e o patrimônio

natural, na verdade, um faz parte do outro. Como a Carol falou, não existe Brasília sem você olhar para o Cerrado. Assim como eu imagino, por exemplo, uma igreja, um terreiro, um lugar que seja patrimônio material, ou é também porque as pessoas, de alguma forma, transformaram aquele espaço em alguma coisa significativa, em termos de cultura mesmo e, como vocês disseram, em termos de coletivo. Eu realmente, para mim, essa coisa do coletivo, eu não sabia que era uma regra, foi ótimo porque eu aprendi agora com vocês, o primeiro aprendizado aqui da nossa fala foi esse. Então, assim, um indivíduo não pode ser um patrimônio imaterial, né? Agora, um fazer pode, ou uma cultura, ou uma passagem de conhecimento e tal, e isso é muito interessante, porque traz pra gente essa questão de o que que faz alguma coisa ser o patrimônio imaterial. E aí, junto com isso, quem decide, né? O que é que tem a ver com essa fala do Vinícius sobre só é quem a autoridade diz que é, né?

[00:20:59.810] - Helô

Então, eu queria que vocês elaborassem um pouco mais sobre esse tema pra gente.

[00:21:03.830] - Carol

Eu acho que é embolado, Heloísa, porque existem muitas diferentes normas que se aplicam ao caso. A gente sempre parte de uma definição de patrimônio que é coletiva, que é a definição da Constituição. Então, patrimônio é aquilo que as pessoas coletivamente reconhecem como memória, identidade e ação dos povos que constituem o Brasil, mas em termos formais a gente tem procedimentos, a gente tem protocolos. No IPHAN, no âmbito federal, esse procedimento parte do pedido da população, da comunidade, e vai subindo até chegar no conselho consultivo, isso passa por instrução técnica, pesquisa, um monte de coisa. Tem estados que têm localmente outras normas, o Distrito Federal já reconheceu coisa por decreto, enfim. Por isso é embolado mesmo, é um pouco confuso. Mas se a gente pensar na referência cultural e nessa identificação coletiva, eu acho que a gente tá num bom caminho para entender algo como patrimônio material.

[00:22:04.810] - Vinícius

Mais uma vez, trazendo a Constituição, e ali os artigos 215 e 216 são estes que falam sobre patrimônio de forma geral e de forma específica, sobre direitos culturais. E nesses artigos está ali dito expressamente que a definição de patrimônio cultural imaterial é uma definição não somente do poder público, é uma definição essencialmente da sociedade. Esse é um ponto importante porque deslocou totalmente, ela inverteu o entendimento anterior sobre o que era patrimônio. Então, a definição cabe aos grupos sociais que são formadores da sociedade brasileira. Esse é o termo que é utilizado lá. E quando se coloca esses grupos sociais

formadores da sociedade brasileira, aqueles de matrizes afro-brasileiras, matrizes indígenas, e não somente de outros grupos que formaram o Brasil durante a sua história. Então ali era uma tentativa de se incluir essa diversidade dentro do patrimônio. Mas, enfim, o IPHAN é um desses órgãos também que podem considerar de forma oficial, de forma pública, quais podem ser os bens culturais e materiais. E tudo isso diz respeito a uma iniciativa inicialmente da sociedade. Então o primeiro passo, geralmente, para um bem ser considerado bem imaterial é um pedido da sociedade. Minha manifestação é importante, minha manifestação diz respeito à memória, diz respeito à identidade, ela me diz quem eu sou e diz quem nós somos, ela diz respeito ao Brasil, eu quero que isso seja considerado patrimônio.

[00:23:41.740] - Vinícius

Esse é o primeiro passo e é o passo mais fundamental e é o que deve, o que vai guiar todas as políticas de patrimônio imaterial do IPHAN. Inicialmente, enfim, apresentado esse desejo, o IPHAN acolhe e vai avaliar tecnicamente se isso se insere na política do IPHAN. Por quê? E aí são critérios específicos que o IPHAN considera. O mais importante deles é o da coletividade, e aí eu vou dar um exemplo específico. O IPHAN pode considerar, por exemplo, as matrizes do samba, assim como considera patrimônio cultural imaterial, mas não vai considerar como patrimônio especificamente a Portela, e Salgueiro, a Mangueira. Elas são grupos que fazem o patrimônio acontecer, que fazem essas matrizes acontecer. É que normalmente são chamadas de patrimônio mesmo pelas pessoas, não se oponha a esse uso corriqueiro da fala, mas o reconhecimento como patrimônio cultural é uma forma de expressão, é uma forma de prática cultural específica e não exatamente é um grupo específico que faz o patrimônio cultural.

[00:24:49.630] - Helô

Perfeito. Esse conceito do patrimônio imaterial é recente, se você for olhar para a história do patrimônio como um todo. Eu queria que vocês dessem exemplos para a gente, assim como agora você falou do samba, de outros patrimônios imateriais, de outros bens que sejam patrimônios imateriais pelo Brasil, que sejam reconhecidos e tal, para facilitar que as pessoas entendam sobre o que a gente está falando.

[00:25:16.900] - Carol

O primeiro registro do IPHAN de um bem material foi o ofício das paneleiras de Goiabeiras no Espírito Santo, que talvez as pessoas não conheçam no Brasil afora, mas que é importante para o estado do Espírito Santo. Mas existem bens de abrangência nacional que eu tenho certeza que todo mundo vai conhecer, que é o caso da capoeira, o ofício dos mestres de capoeira. Que é o caso do Ofício das Baianas de Acarajé, que é o caso das Matrizes do

Samba, é o caso da literatura de Cordel, do Repente, do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste, que chamam de mamulengo, Babau, Caveneiro Coco, aí ao longo do Brasil, enfim. E tem bens que têm abrangência regional, por exemplo, Marabaixo, Carimbó, Tambor de Crioula, que estão localizados em um estado ou alguns estados, e por isso a gente diz que tem abrangência regional.

[00:26:03.950] - Vinícius

A política de registro do IPHAN começou nos anos 2000. Decreto 3551 de 2000, quando foi instituída a política de patrimônio imaterial pelo IPHAN, depois de muita pressão da sociedade civil, e ainda bem, isso foi instituído. Começa com o ofício das paneleiras de Goiabeiras, ano após ano, com maiores fluxos, menores fluxos, foram registrados 52 bens com diferentes abrangências. Eu queria chamar a atenção para algumas palavrinhas que Carol também já disse. O ofício das paneleiras, as matrizes do samba, porque elas dizem muito sobre como funciona essa política do IPHAN. Porque a gente tá falando isso, de formas de expressão, de saberes, quando a gente tá falando de saberes, a gente tá falando de alguém que no limite tem um ofício, sabe como fazer alguma coisa e como tornar isso possível. Outros critérios importantes que o IPHAN leva em conta, um critério que é fonte de disputas também, é o critério da continuidade histórica de um bem cultural. Porque se a gente está falando de patrimônio cultural, de uma forma mais ampla, a gente está falando de algo que se perdura no tempo. Mas como definir o que é perdurar no tempo? Se a gente está falando de Europa, está falando de China, falando de Índia, a gente está falando de milhares, de centenas de milhares de anos.

[00:27:21.470] - Vinícius

E o Brasil, que oficialmente, e aí é um tema importante, tem seus 500 e tantos anos, desde a invasão portuguesa ao território brasileiro, como definir o que é rápido, o que é lento, o que é devagar. Mas durante muito tempo o IPHAN adotou como continuidade histórica o que a gente fala que é o conceito de três gerações. E por três gerações seria aí a passagem de 75 anos de uma certa manifestação cultural. Mas esse é um critério que hoje vem sendo um pouco discutido, um pouco debatido. É importante a continuidade histórica. o IPHAN não registrará um bem que surgiu ano passado, enfim, uma organização cultural que surgiu ano passado ou há cinco anos, porque é importante que ele se estenda mais no tempo. Mas a precisão disso vem sendo debatida até para a gente entender, enfim, o compasso de como as coisas vão se construindo, vão se produzindo pelas pessoas. Brasília é um contexto muito importante nesse sentido. Foi inaugurado em 1970.

[00:28:23.170] - Helô

Isso, exatamente isso. Aí que você pegou o gancho e é esse gancho que a gente precisa pegar e continuar. Se a gente for olhar por esse critério, por exemplo, das três gerações, Brasília não pode. não temos nem essa idade ainda, né, então, mas já temos algumas coisas dessas, né, já temos algumas, além de Brasília não ser só o plano e o DFT, RAs mais antigas do que o plano piloto e o que é considerado aqui o centro, digamos assim, como que uma cidade tão jovem e como que uma identidade que ainda está sendo construída, a gente fala muito sobre isso sempre, quem vive aqui, que tem esse privilégio de estar construindo a identidade, de uma cidade, como que essa relação entre o Distrito Federal, nós estamos falando do quadradinho todo e às vezes até um pouco do entorno também, né, com o patrimônio imaterial. Já existe alguma coisa que é patrimônio, já existe algum patrimônio imaterial no Distrito Federal? Qual é ele? Como que é isso? Como é essa relação?

[00:29:39.170] - Carol

O primeiro ponto é que Brasília não começou do nada e nem começou do zero pessoas, não teve um indivíduo zero, as pessoas vieram de lugares e elas trouxeram de todos esses lugares uma série de bagagens culturais. Então, Brasília tem uma presença muito forte de nordestinos trabalhando na construção, a gente tem a presença de mineiros, de goianos, de gente do Brasil inteiro, inclusive de fora do país, para falar a verdade, E essas tradições chegam aqui, se consolidam algumas e se misturam também. Daí, por exemplo, a gente ter registrado no âmbito com a abrangência nacional, mas a gente tem uma presença forte em Brasília do teatro de bonecos popular, que veio do Nordeste, da literatura de cordel, do repente. E a gente não está falando só de Brasília porque é abrangência nacional. Brasília foi parte importante da pesquisa para esses para esses bens, porque aqui, de certa forma, alguns elementos que foram trazidos na década de 60 permaneceram de um modo diferente da permanência que ele teve, digamos, nos seus estados de origem. O bem se desenvolveu, mudou de forma diferente da década de 60 para cá, no Nordeste ou no DF, e acontece em outros estados também.

[00:31:03.370] - Carol

Então, por isso a gente tem aqui essa presença forte, de repente, da literatura de cordel, a gente tem o ofício das Baianas de Acarajé, isso sendo registrado por parte do IPHAN, e o governo do Distrito Federal, pela política própria que ele tem, reconhece outros bens, outras instituições que, digamos, são mais próprias do DF. Daí você tem a ARUC, que é a Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro, você tem o Boi de São Teodoro, você tem outras manifestações, outras pessoas, instituições que cabem dentro da política do DF de registro e que são reconhecidas como patrimônio cultural aqui.

[00:31:44.500] - Vinícius

Esse é um ponto importante, porque a política de patrimônio não é a política oficial e de estado do patrimônio, ela não só é do IPHAN, ela também é feita por secretarias estaduais de cultura ou por órgãos estaduais de cultura, qualquer que seja o nome, e por instituições municipais de cultura. É um dever da União, dos Estados, Municípios, promover políticas relacionadas ao patrimônio das diferentes formas possíveis, porque o Distrito Federal reconhece, de fato, instituições específicas que lidam, que fazem o patrimônio cultural acontecer, como Haruki, que o Carol mencionou, ou o Boi de Seu Teodoro, que é reconhecido como patrimônio imaterial do Distrito Federal, mas que não se encaixariam necessariamente no escopo da política do IPHAN, por pertencerem a grupos específicos. E como a gente vinha falando, o IPHAN trabalha com essas características coletivas de uma formação cultural. Esse aspecto histórico do Distrito Federal é importante frisar, porque de fato o DF não surge, ele surge oficialmente em 1960, Brasília e o Distrito Federal, mas Brasília já também vende muito antes. Estamos falando de Planaltina, estamos falando de Brazlândia, estamos falando dos próprios acampamentos que se formaram por ocasião da construção da cidade, ou seja, muita coisa estava acontecendo aqui nesse território, e coisas que a gente tem poucos registros também, de ocupações indígenas ou quilombolas, ou de pequenos núcleos rurais e urbanos, e que estavam ali acontecendo, e que foram elementos que ajudaram Brasília a se transformar como se transformou ao longo do tempo.

[00:33:29.330] - Vinícius

Então, essas pessoas que vieram trabalhar nas obras de Brasília, que construíram aqui uma forma diferente de mamulengo, uma forma diferente, de repente, que também é parecida com aquela que foi produzida inicialmente no Sudeste, mas ela tem suas cores e seus tons locais, mas as pessoas tiveram contato com esse outro contexto do Distrito Federal, com esse outro contexto mais antigo, anterior do Distrito Federal, e acabaram possibilitando uma conjunção cultural e social muito específica, o que dá aí ao Distrito Federal uma série de bens e manifestações culturais um colorido próprio.

[00:34:07.680] - Helô

Sim, quem construiu Brasília já tinha uma história e trouxe essa história junto quando veio pra cá. E é isso que está formando a nossa memória, a nossa identidade, compondo esse grande mosaico chamado Distrito Federal. Daí a gente tem a Ceilândia, que congrega muitas famílias vindas do Nordeste Brasileiro e, assim, manifestações culturais que vieram com essas pessoas acabam se fortalecendo e até se transformando, já que em contato com outras culturas no mesmo território. Assim, a gente nota que existe uma formação de identidade através das manifestações artísticas, como, por exemplo, a cultura hip-hop, com o rap na música.

Percebemos o orgulho na fala e na atitude dessa comunidade quando essa cultura se manifesta. É por aí o caminho?

[00:34:52.700] - Vinícius

Não, esse é o fundamento da coisa toda. Esse reconhecimento e esse auto reconhecimento é o fundamento da política de patrimônio cultural imaterial. Essa ideia de se ver fazendo patrimônio, de se ver como parte de um todo maior do que aquele somente individual. Ceilândia é marcante nisso, tanto pela escala populacional, é a cidade, a região administrativa mais populosa do DF, pela forte presença de moradores vindos, das primeiras gerações vindas da região Nordeste, dos Estados Nordeste, com grande influência dessas manifestações nordestinas, esses bens que foram registrados pelo IPHAN, mamulengo, forró, repente, literatura de Cordel, todos têm pessoas fazendo esses bens em Ceilândia. Você vai encontrar certamente, às vezes encontrar mesmo sem querer, você está passando na rua, está passando na praça, vai para o comércio, está lá acontecendo, não é uma ocasião específica para aquilo, vai estar ali em efervescência. Coisas foram se transformando em Ceilândia e foram dando origem também, conversando com outras manifestações culturais. O próprio rap que você diz, é difícil dizer que ele está separado também dessa influência no destino, dessa anterioridade no destino. Eles se misturaram, foram construindo, são manifestações próprias, com características próprias, E é importante dizer isso, porque no limite a gente não está dizendo que é tudo a mesma coisa, não existe nada que seja específico ou particular.

[00:36:19.760] - Vinícius

Pelo contrário, vão se construindo particularidades, mas muito por conta desse contato e dessa diferenciação, dessa diferença, dessa conversa entre as manifestações culturais, entre as pessoas, entre os grupos. O IPHAN, dentro da política, a gente tem quatro livros de registro. Registro é um termo importante porque, com ele, o IPHAN está somente reconhecendo, por sua política, aquilo que a sociedade já reconheceu. Por isso, nome, registro. E a gente tem quatro livros, que a gente chama os livros de registro, que são os livros dos saberes, das formas de impressão, dos lugares e das celebrações. E essa divisão, essa categorização, o número até, ele é derivado da política de patrimônio material, porque na política de patrimônio imaterial também são quatro livros, os quatro livros do tombo. Quando foi criado, foram criados quatro livros também, mas acho que no patrimônio imaterial essa divisão faz sentido para alguns bens, faz bem menos para outros, mas o limite ela não norteia em termos de a gente tem que fomentar mais determinados bens, de determinados livros. A política é feita dessa forma com um livro e não é feita com outro. No limite, todo o trabalho é feito de forma conjunta, independentemente do livro e da categoria em que o bem foi escrito como patrimônio pelo IPHAN.

[00:37:46.090] - Helô

Eu queria pontuar uma coisa aqui que é importante, que é assim, a gente tá aqui conversando tecnicamente, né, sobre o que é patrimônio e tal, mas o Ossobuco é um projeto de histórias e de histórias pessoais. E pra gente, por que que a gente tá falando sobre isso, por que que a gente tá querendo entender isso melhor, né? Na verdade, a gente tá usando essa sabedoria de vocês, né, e fã, enfim, desse arcabouço todo do que é patrimônio e da importância disso para a gente como cidade, como identidade, para ter um critério de dizer qual é o tema dessa nossa nova temporada. E aí o tema, a gente falou, bom, a gente quer entender e quer ouvir as histórias das pessoas que de alguma forma estejam envolvidas em projetos, em celebrações, em lugares, em formas de expressão e saberes que significam muito para a nossa cultura local aqui. Então a gente partiu desse lugar e é por isso que a gente está aqui hoje conversando sobre o patrimônio imaterial para entender melhor o que é, mas a gente está buscando as pessoas. No nosso caso, é individual, porque a gente quer conhecer as histórias individuais, mas esse reconhecimento se faz pelo coletivo, porque quando ele se transforma em alguma coisa que começa a ter impacto e afetar outras pessoas, é que a coisa se torna relevante também pra gente.

[00:39:29.780] - Helô

Então, a gente está conversando sobre isso aqui para entender esse contexto e é muito importante para todo mundo, mas a gente vai falar sobre as histórias das pessoas. E aí tem todas essas diferenças com relação a esse lugar mais técnico que é o lugar de vocês, né? O nosso jeito de aproximar as duas coisas foi pedindo que vocês contassem suas histórias e antes da gente começar a conversar. Mas eu queria saber, para vocês antes da última perguntinha que eu tenho. O que vocês... Como que vocês veem esse projeto? Como é que vocês... O que vocês acham que esse projeto específico do Ossobuco, em que a gente está buscando olhar para essas histórias, como que ele pode se inserir nessa cultura e nesse lugar do patrimônio imaterial no Distrito Federal? Como é que a gente pode... Como é que é visto isso, assim, por vocês?

[00:40:24.760] - Carol

A gente falou muito de dimensão coletiva, o bem tem que ser coletivo, reconhecimento é coletivo, mas toda proposta do patrimônio material é que o coletivo não esmaga as pessoas, não existe esse coletivo sem as pessoas. Inclusive, por isso o termo mestre da cultura popular, o termo detentor, ele faz muito parte do nosso vocabulário, porque no fundo, A política é o que as pessoas fazem, o que os detentores fazem, e o IPHAN é um grande mediador dos desejos

dos detentores, dos projetos, dessa comunidade que gira em torno do bem. Então, contar a história de um detentor é também contar a história do bem. Porque os dois se auto constituem. Você vai talvez, quando você entrevistar as outras pessoas, você vai ver que a vida dela tá provavelmente atravessada de um monte de eventos ligados ao bem, porque é isso que fez ela chegar lá. Não existe, não sei, o Zelaya sem Vale do Amanhecer, esse é um exemplo muito óbvio, mas também não existe Chico Simões sem Mamulengo, não existe Dom Zé de Luiz sem Cordel, enfim. Daí, contar a história das pessoas é contar a história do bem mesmo. Eu acho que tem um lugar muito importante nessa valorização dos mestres da cultura popular.

[00:41:46.300] - Helô

É isso.

[00:41:47.300] - Vinícius

Quem faz patrimônio são as pessoas. O entendimento do IPHAN é que elas fazem coletivamente. Aí é um pulo do gato, digamos assim. É mais para o reconhecimento. Mas, fundamentalmente, a gente está trabalhando com pessoas o tempo inteiro. Boa parte do nosso trabalho é isso, é fazer reuniões, escutar as pessoas, ouvir o que elas querem, o que elas precisam e como nós podemos auxiliá-las nesse processo, para fazer com que o bem e a manifestação cultural chegue a mais pessoas.

[00:42:17.790] - Helô

Maravilha, gente. Eu queria, então, para terminar, perguntar para vocês o seguinte. O que muda para as pessoas, para o coletivo, para a comunidade quando um bem registrado tem o seu registro como um patrimônio material?

[00:42:33.800] - Carol

Bom, primeiro a gente tem uma dimensão da valorização mesmo, do reconhecimento. Finalmente o Estado admitindo, reconhecendo a importância e o valor que aquilo tem, já tinha, foi se construindo. Mas falando especificamente de política pública em patrimônio cultural, o que a gente costuma chamar de salvaguarda é todo o processo que se inicia com a pesquisa do registro e que se prolonga para depois do registro. É um compromisso público que o Estado brasileiro assume, no âmbito nacional do IPHAN, o Estado brasileiro assume esse compromisso de manter um diálogo aberto com os detentores, de pensar em demandas e como articular essas demandas dos detentores para fazer com que o bem sobreviva, com que ele seja transmitido para novas pessoas, que ele seja valorizado, e que no fundo garantam a dignidade às pessoas que fazem o bem. Eu acho que a gente está muito longe de conseguir

atingir todos esses objetivos com todo o patrimônio material do Brasil, considerando, inclusive, que falta muito bem para ser registrado nesse país, mas a política é essa, a ideia é essa, e a gente trabalha para isso.

[00:43:51.790] - Vinícius

Uma vez que o bem é registrado, teremos servidores dedicados à salvaguarda e à conversa, à gestão desse bem. Carol e eu somos da Superintendência do IPHAN DF, mas temos no Brasil todo servidores dedicados a esses processos de registro e a salvaguarda dos bens registrados por conta desse vínculo com a política de bens culturais materiais, de salvaguarda dos bens culturais materiais.

[00:44:15.670] - Helô

Muito bom saber que existem pessoas como vocês no serviço público. A gente sente a dedicação e o compromisso de vocês. Tenho certeza que ouvir as histórias de vocês e todas as explicações que vocês nos deram deixaram o nosso trabalho muito mais rico. Muito obrigada, Carol. Muito obrigada, Vinícius. Vocês querem falar alguma coisa para terminar?

[00:44:34.790] - Vinícius

Eu que agradeço. Agradeço em nome do IPHAN e da superintendência também. E acho que essa iniciativa é extremamente louvável justamente por falar da história dessas pessoas que fazem o patrimônio e por partir do princípio, que é um dos princípios da política cultural, do patrimônio cultural imaterial, que é o diálogo. Todo o processo de registro, de pesquisa, de sistematização de um bem cultural e todo o processo de salvaguarda, de fazer o bem ser levado adiante ao longo do tempo, é um processo fundamental e que deve ser fundamentado no diálogo, e num diálogo horizontal. Esse é um ponto importante. O IPHAN não tem nenhuma autoridade maior sobre o bem material do que os próprios detentores. São eles que vão decidir como o bem vai se transformar ao longo do tempo, que tipo de questões vão ser trabalhadas ao longo do tempo, são eles que devem ser os protagonistas do diálogo, e essa deve ser uma das nossas premissas de trabalho mesmo.

[00:45:36.850] - Carol

Eu queria agradecer Heloísa, espero que o projeto viva bastante, espero que eventualmente vocês tenham inclusive mais histórias sobre patrimônio imaterial e sobre o DF do que essa temporada, e é isso, muito obrigada por nos receber.

[00:45:52.100] - Helô

E assim, abrimos a segunda temporada do Ossobuco Podcast. Aprendemos sobre os bens culturais de natureza imaterial, que vão nos guiar na curadoria das histórias que vamos continuar contando por aqui. No próximo episódio, vamos conhecer a Iara Benzedeira. Obrigada pela companhia. Se você quiser falar com a gente sobre este episódio ou tem sugestão de histórias que precisamos conhecer, manda e-mail para a gente, ossobuco.pod@gmail.com. Pode ser P-O-D. Até mais! Este projeto é realizado com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal. Coordenação Geral, Heloísa Rocha. Coordenação de Produção, Mentoria e Curadoria, Denise Cotte. Pesquisa, Máira Fonseca. Coordenador Técnico de Áudio, Jota. Gestão Administrativa, Beatriz Ramos. Fotos, Zuleika de Souza. Roteiros, Edição de Conteúdo e Apresentação, Heloísa Rocha. Edição e trilha, por Aloysio Lous, da Som do Cosmo. Identidade visual Vinícius Santos. Site Daniel Souza e Danilo Lima. Estratégia de comunicação Thum Thompson. Mídias sociais Carol Dutra. E assessoria de imprensa Érica Cidade.